Análise Orçamento das Despesas Públicas 2019

Teste Técnico Smarkio

Larissa Vieira da Silva

1. Introdução

Todo gasto que é feito pelo estado por meio de dinheiro arrecadado ou outras fontes é categorizado. As despesas apresentam variações devido diferentes fatores, estruturar dessa maneira facilita o acompanhamento. As diferentes categorizações permitem a avaliação detalhada de determinada área. Nos dados em questão, referente ao ano 2019, as categorizações podem ser listadas: órgão superior, órgão subordinado, unidade orçamentária, função, sub-função, programa orçamentário, ação, categoria econômica, grupo de despesa e elemento de despesa.

2. Objetivo

Análise descritiva dos dados de orçamento público no ano de 2019

3. Análise dos Dados

O orçamento total realizado no ano de 2019 foi de R\$ 2,63 trilhões. O Ministério da Economia se destaca por apresentar o valor total de R\$ 1,41 trilhões, que corresponde a aproximadamente 53 % de todo o orçamento. O valor anual médio por órgão superior é de R\$ 125,43 bilhões, entretanto, a dispersão dos dados é grande (Tabela 1), fazendo com que o desvio padrão alcance R\$ 322,11 bilhões. Seguindo a premissa estatística de outlier (valores que estão distantes da média somados a dois desvios-padrão) pode-se qualificar o Ministério da Economia como valor extremo.

Diferentemente do ranquamento de valor, o Ministério da Educação apresentou o maior número de orçamentos realizado dentro do ano de 2019, com 15.277, entretanto, tem-se o Ministério da Previdência Social que com apenas 28 apresentou um valor total 4,4 vezes superior ao orçamento do Ministério da Educação . Já o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União apresentam apenas uma solicitação e orçamentos bastante inferiores.

Tabela 1 - Órgãos superiores e seus respectivos orçamentos realizados em bilhões de reais.

Órgão Superior	Orçamento Realizado	N° de orçamentos	
Advocacia-Geral da União	3,60	54	
Controladoria-Geral da União	1,01	60	

Ministério Público da União	7,65E-07	1	
Ministério da Agricultura; Pecuária e Abastecimento	15,08	1187	
Ministério da Cidadania	94,28	1654	
Ministério da Ciência; Tecnologia; Inovações e	9,34	1053	
Comunicações			
Ministério da Defesa	102,26	2167	
Ministério da Economia	1416,83	2628	
Ministério da Educação	130,24	15277	
Ministério da Infraestrutura	13,20	1163	
Ministério da Justiça e Segurança Pública	12,56	1131	
Ministério da Mulher; Família e Direitos Humanos	0,24	314	
Ministério da Previdência Social	576,32	28	
Ministério da Saúde	139,73	1567	
Ministério das Relações Exteriores	3,56	232	
Ministério de Minas e Energia	87,68	916	
Ministério do Desenvolvimento Regional	23,88	1730	
Ministério do Meio Ambiente	2,19	531	
Ministério do Turismo	0,23	204	
Presidência da República	1,77	398	
Tribunal de Contas da União	6,32E-04	1	

Logo, é importante salientar que a comparação do orçamento total entre ministérios é inviável, visto que estes possuem características bastante específicas que interfere em seu planejamento e execução, bem como a proporção das despesas. Deste modo, a melhor maneira de avaliar os orçamentos dos ministérios é através de uma uniformização dos dados, que neste caso foi realizado por meio de uma variável chamada eficiência.

Os orçamentos são divididos em três etapas até o processo de realização: orçamento inicial, orçamento atualizado e orçamento realizado. O modo de cálculo leva em conta o orçamento em relação a seu dado anterior, exprimindo a informação de quão distante essas variações estão (Tabela 2). Valores próximos de 0 representam orçamentos que foram menores que sua informação anterior, próximos ou igual a um, orçamentos que quase não sofreram modificações ou são iguais a sua informação anterior e por fim, maiores que um, em que os orçamentos foram superiores a sua informação anterior.

Tabela 2 – Análise geral das razões para órgãos superiores

Órgão Superior	Or/Oi	Or/Oa	Oa/Oi
Máximo	1,56	0,92	1,71
Mínimo	0,13	0,13	0,99
Média	0,74	0,67	1,11

Pode-se se notar que as variações entre o orçamento proposto inicialmente e o orçamento atualizado são próximo de um, indicando grande proximidade entre os valores, assim como é possível observar entre o orçamento realizado e orçamento inicial. Contudo, nota-se um valor médio menor entre os dados de orçamento realizado e atualizado (Figura 1), isso ocorre de forma mais acentuada no Ministério do Turismo e Presidência da República. Valores muito baixos podem indicar ou uma economia em relação aos orçamentos ou falhas no processo final.

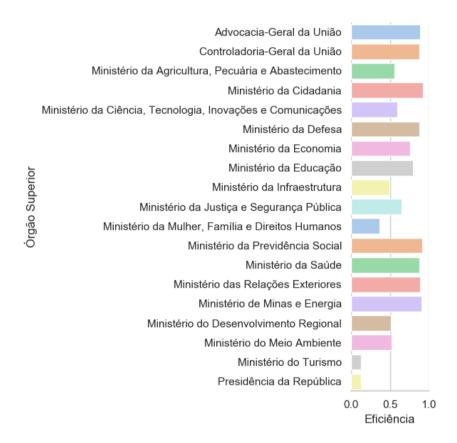


Figura 1 - Razão entre o orçamento realizado e orçamento atualizado

Algumas das possíveis falhas, podem estar relacionadas ao subconjunto elemento de despesa, em que é encontrado elementos não-informados. Esses não são revertidos em orçamento realizado. O percentual de elementos de despesa com essa classificação é maior para os Ministérios da Previdência Social e Ministério da Cidadania, que ultrapassam 40 % do número total de orçamentos. Por outro lado, a Controladoria geral da União, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Ministério das Relações Exteriores, não alcançam 20 %.

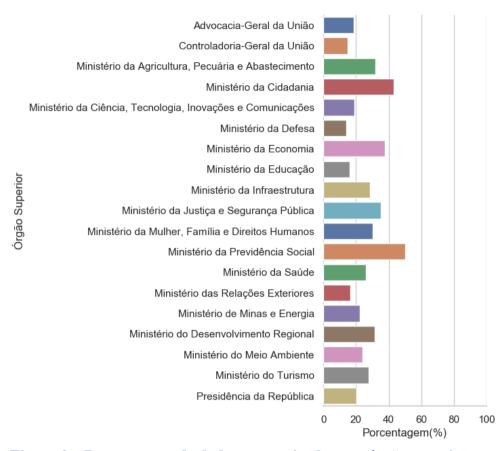


Figura 2 – Porcentagem de dados categorizados por órgão superior que consta como 'não informado'

Assumindo os dois ministérios com menor eficiência Or/ Oa (Orçamento Realizado/ Orçamento Atualizado) como foco de estudo, tem-se nesse tópico uma análise descritiva de alguns subgrupos: função, categoria econômica, grupo de despesa e elementos de despesa. Assim como para os órgãos superiores, fez-se o cálculo da eficiência dos tópicos inseridos dentro destes subgrupos.

Conforme a figura 2 nota-se uma diferença relevante entre os orçamentos realizados e atualizado para o Ministério do Turismo e Presidência da República. Dentro do subgrupo de função no Ministério do Turismo (Figura 3) tem-se um desempenho bom nas categorias de encargos especiais e previdência social, entretanto em comércio e serviços a eficiência é de 0,13, o que significa que o orçamento realizado foi muito inferior .É importante ressaltar também, que cerca de 90% (191) do número de orçamentos encontra-se nessa categoria.

No órgão superior Presidência da República, a previdência social juntamente com a segurança pública segue bastante próximos aos valores de seus orçamentos atualizados (Figura 4). O mais distante, com exceção dos dados de reserva de contingência que não foi realizado nenhum orçamento, é encargos especiais, com uma variação de R\$ 11,7 bilhões.

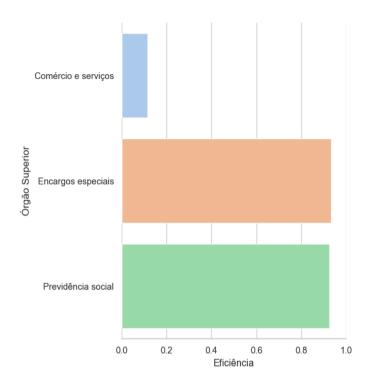


Figura 3 – Eficiência subgrupo função para Ministério do Turismo

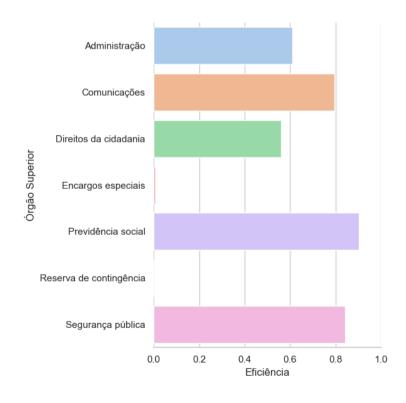


Figura 4 – Eficiência subgrupo função Presidência da República

Todos os orçamentos de despesas são classificados nas categorias econômicas: Despesa corrente: que se trata de custos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos de dívida e outras despesas corrente, despesa de capital: investimentos, imersões financeiras e amortização de dívidas e por fim reserva de contingência. Dentro dos órgãos em estudo, a reserva de contingência realizou um único orçamento, entretanto, este não foi necessário ser acionado. O maior orçamento realizado concentra-se nas despesas correntes, que na Presidência da República alcança R\$ 1,7 bilhões (Tabela 3), num total de 350 orçamento e com uma eficiência próximo a um. Contudo, as despesas de capital de ambos órgãos tiveram seus orçamentos realizados bastante inferiores aos orçamentos atualizados. No Ministério do Turismo, também é valido destacar, que as despesas correntes tiveram uma eficiência menor 0,5, distanciando bastante de seu orçamento atualizado.

Tabela 3 – Análise subgrupo Categoria Econômica

Categoria Econômica	Presidência da República	Ministério do Turismo	
	OR		
Despesas correntes	1,701	0,203	
Despesas de capital	0,068	0,027	
Reserva de contingencia	0	0	
	Nº de Orçamentos		
Despesas correntes	350	162	
Despesas de capital	47	41	
Reserva de contingencia	1	1	
	Eficiência (Or/Oa)		
Despesas correntes	0,764	0,454	
Despesas de capital	0,006	0,019	
Reserva de contingencia	0	0	

Em grupo de despesas, o orçamento realizado para Pessoal e Encargos Sociais são os mais elevados. Possuem também maiores valores de eficiência, mostrando que orçamentos atualizados sofreram poucas modificações até sua realização (Tabela 4) O valor elevado no orçamento realizado nesse quesito se deve ao fato de incluir pagamentos por serviços exercido no setor público, ativo ou inativo e também obrigações de responsabilidade do empregador. O maior número de orçamentos, novamente, em ambos os órgãos, é o de despesas correntes responsável por cerca de 70% do total.

Os menores desempenhos são correspondentes a Inversões Financeiras, entretanto é válido salientar que, foram apenas três valores com orçamento realizado. Desconsiderando esse grupo, tem-se que os orçamentos realizados foram bastante menores que o atualizados no grupo investimentos, com 0,002 para o Ministério do Turismo.

Tabela 5- Análise do grupo de despesa na Presidência da República e no Ministério do Turismo.

Grupo de Despesa	Presidência da República	Ministério do Turismo	
	Or		
Inversões Financeiras	0,060	0,025	
Investimentos	0,009	0,002	
Outras Despesas Correntes	0,500	0,139	
Pessoal e Encargos Sociais	1,201	0,065	
Reserva de Contingência	0,000	0,000	
	Nº de Orçamento		
Inversões Financeiras	3	2	
Investimentos	44	39	
Outras Despesas	281	137	
Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais	69	25	
Reserva de Contingência	1	1	
	Eficiência (Or/Oa)		
Inversões Financeiras	0,005	0,101	
Investimentos	0,136	0,002	
Outras Despesas Correntes	0,617	0,373	
Pessoal e Encargos Sociais	0,848	0,851	
Reserva de Contingência	0	0	

Por fim, tem-se o elemento de despesa. Este é bastante variável, de acordo com as necessidades de cada órgão superior. Entretanto, possuem uma variável em comum, em que nenhum orçamento é realizado e que correspondem em média 25% dos elementos de despesa (Tabela 5) O elemento de despesa não informado, conforme a figura 1 mostrou, possui uma ocorrência significativa dentro dos órgãos superiores. Para melhor entender o efeito desse elemento sobre valores de orçamentos realizados mais baixos que o

atualizado é necessário uma análise diagnóstica. Visto que podem haver inúmeras razões para essa ocorrência.

Tabela 5 – Elemento de despesa não-informado para a Presidência da República e Ministério do Turismo

	Elemento de Despesa	Orçamento Relizado	N° de Orçamentos	% Orçamento
Presidência da República	Não informado	0	81	0,20
Ministério do Turismo	Não informado	0	57	0,28

Em resumo, realizou-se uma análise geral do comportamento por órgãos superiores, diferenciando os orçamentos e os valores absolutos. Levando a conclusão que grande parte dos orçamentos realizados foram menores que os atualizados, entretanto há diversas razões para isso. Nas análises um pouco mais detalhadas, nota-se uma prevalência de alto número de orçamentos em despesas correntes, seja em função ou categoria econômica. Assim como a ocorrência de elementos de despesas chamados "Não- informados" que podem ter um impacto significativo. A, é necessário um desdobramento das análises, agora de forma diagnóstica, de modo a ter uma visão mais completa do contexto das informações.